

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **SUMÁRIO**

<b>I. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO</b>	<b>3</b>
1. Do objeto	3
2. Valor estimado	11
3. Prazo de vigência e instrumento contratual	12
4. Do Estudo Técnico Preliminar e fundamentação da contratação	12
5. Da descrição da solução	13
6. Do Estudo Técnico Preliminar	16
7. Da Sustentabilidade	17
8. Da exclusividade de participação de ME e EPP	19
9. Da participação de consórcios	19
10. Da participação de cooperativas	20
11. Da subcontratação	20
12. Garantia de contratação	20
13. Condições de entrega	20
14. Garantia, manutenção e assistência técnica	22
15. O modelo de gestão do contrato está detalhado na MINUTA DE CONTRATO ou, quando a formalização do contrato se der por instrumento equivalente (dispensa de contrato, no APÊNDICE I – REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO.	23
16. Forma de seleção	24
17. Justificativa de parcelamento ou aglutinação do objeto	24
18. Habilitação jurídica	25
19. Habilitação fiscal, trabalhista e previdenciária	29
20. Qualificação Econômico-Financeira	30
<b>X. APÊNDICE I – REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO</b>	<b>34</b>
1. Da formalização da contratação	34
2. Vigência e Prorrogação	34
3. Do Reajuste Contratual	35
4. Subcontratação	37
5. Obrigações das partes	37
6. Garantia de contratação	42
7. Critérios de medição e pagamento	46
8. Da cessão de crédito	52

<b>9. Do modelo de gestão do contrato</b>	<b>53</b>
<b>10. Da Fiscalização</b>	<b>55</b>
<b>11. Fiscalização Técnica</b>	<b>55</b>
<b>12. Fiscalização Administrativa</b>	<b>56</b>
<b>13. Gestão contratual</b>	<b>56</b>
<b>14. Da Cláusula Anticorrupção</b>	<b>58</b>
<b>15. Obrigações pertinentes à LGPD</b>	<b>59</b>
<b>16. Das infrações e sanções administrativas</b>	<b>59</b>
<b>17. Casos Omissos</b>	<b>73</b>
<b>18. Foro</b>	<b>73</b>
<b>XI. APÊNDICE II – TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA</b>	<b>74</b>

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

**FUNDAÇÃO UBERLANDENSE DO TURISMO, ESPORTE E LAZER - FUTEL**

**I. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**

**1. Do objeto**

1.1. Futura e eventual aquisição de grama natural, dos tipos Batatais, São Carlos e Esmeralda, em placas, nos termos da tabela abaixo, destinada à implantação, recomposição, recuperação e manutenção de áreas verdes, campos, taludes e demais espaços externos sob administração da Fundação Uberlandense de Turismo, Esporte e Lazer – FUTEL, assegurando a adequada conservação paisagística, funcionalidade dos espaços públicos e continuidade das atividades institucionais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Por meio do Ofício nº 170/FUTEL/NCL, foi encaminhado convite às demais Secretarias da Prefeitura de Uberlândia para participação na Ata de Registro de Preços. Em decorrência das manifestações recebidas estima-se os respectivos quantitativos, explicitados na tabela abaixo deste Termo de Referência.

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

**TABELA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS ESTIMADOS**

ITEM	MPE ou AC*	ESPECIFICAÇÃO	CADASTRO	UNI	QDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL
1	AC	<p>Grama da espécie Batatais, entregue em placas regulares de aproximadamente 0,62m X 0,40m. É uma espécie "rústica" que nasce e se desenvolve naturalmente em áreas de pastagens. Possui folhas longas, ligeiramente pilosas em formato de lança; tolera desgastes por pisoteio e resiste a longos períodos de estiagem. Valor do frete incluso.</p> <p>Não serão aceitas pela FUTEL as placas de grama que apresentarem sinais de amarelamento, presença de bolor, temperatura superior à ambiente indicativa de abafamento e/ou fermentação decorrente de empilhamento, armazenamento ou acondicionamento inadequado, bem como aquelas que apresentarem sinais de maceração ou danos ocasionados pelo transporte.</p>	1012707	M²	7800	R\$26,04	R\$203.112,00

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

**TABELA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS ESTIMADOS**

ITEM	MPE ou AC*	ESPECIFICAÇÃO	CADASTRO	UNI	QDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL
2	AC	<p>Gramma da espécie São Carlos, entregue em placas regulares de aproximadamente 0,62m X 0,40m. É uma espécie de grama versátil, que se adapta bem em locais ensolarados e também em áreas de meia sombra; possui baixo índice de quebra das folhas, exigindo baixa manutenção. Possui um bom controle de erosão. Valor do frete incluso.</p> <p>Não serão aceitas pela FUTEL as placas de grama que apresentarem sinais de amarelamento, presença de bolor, temperatura superior à ambiente indicativa de abafamento e/ou fermentação decorrente de empilhamento, armazenamento ou acondicionamento inadequado, bem como aquelas que apresentarem sinais de maceração ou danos ocasionados pelo transporte.</p>	1012705	M²	7545	R\$26,39	R\$199.112,55

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

**TABELA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS ESTIMADOS**

ITEM	MPE ou AC*	ESPECIFICAÇÃO	CADASTRO	UNI	QDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL
3	AC	<p>Grama da espécie Esmeralda, entregue em placas regulares de aproximadamente 0,62m X 0,40m. São perenes (ciclo de vida longo) e muito ramificadas (que se dividem em ramos ou raízes a partir da planta original). Com crescimento rápido, que pode ser intensificado com o uso de adubo no solo, essa espécie pode atingir até 15cm de altura com folhas que ficam dispostas em hastes. Valor do frete incluso.</p> <p>Não serão aceitas pela FUTEL as placas de grama que apresentarem sinais de amarelamento, presença de bolor, temperatura superior à ambiente indicativa de abafamento e/ou fermentação decorrente de empilhamento, armazenamento ou acondicionamento inadequado, bem como aquelas que apresentarem sinais de maceração ou danos ocasionados pelo transporte.</p>	1012706	M²	7545	R\$28,35	R\$213.900,75

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

**TABELA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS ESTIMADOS**

ITEM	MPE ou AC*	ESPECIFICAÇÃO	CADASTRO	UNI	QDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL
4	MPE	<p>Gramma da espécie Batatais, entregue em placas regulares de aproximadamente 0,62m X 0,40m. É uma espécie “rústica” que nasce e se desenvolve naturalmente em áreas de pastagens. Possui folhas longas, ligeiramente pilosas em formato de lança; tolera desgastes por pisoteio e resiste a longos períodos de estiagem. Valor do frete incluso.</p> <p>Não serão aceitas pela FUTEL as placas de grama que apresentarem sinais de amarelamento, presença de bolor, temperatura superior à ambiente indicativa de abafamento e/ou fermentação decorrente de empilhamento, armazenamento ou acondicionamento inadequado, bem como aquelas que apresentarem sinais de maceração ou danos ocasionados pelo transporte.</p>	1012707	M²	2500	R\$26,04	R\$65.100,00

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

**TABELA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS ESTIMADOS**

ITEM	MPE ou AC*	ESPECIFICAÇÃO	CADASTRO	UNI	QDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL
5	MPE	<p>Gramma da espécie São Carlos, entregue em placas regulares de aproximadamente 0,62m X 0,40m. É uma espécie de grama versátil, que se adapta bem em locais ensolarados e também em áreas de meia sombra; possui baixo índice de quebra das folhas, exigindo baixa manutenção. Possui um bom controle de erosão. Valor do frete incluso.</p> <p>Não serão aceitas pela FUTEL as placas de grama que apresentarem sinais de amarelamento, presença de bolor, temperatura superior à ambiente indicativa de abafamento e/ou fermentação decorrente de empilhamento, armazenamento ou acondicionamento inadequado, bem como aquelas que apresentarem sinais de maceração ou danos ocasionados pelo transporte.</p>	1012705	M²	2500	R\$26,39	R\$65.975,00

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)



**TABELA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS ESTIMADOS**

ITEM	MPE ou AC*	ESPECIFICAÇÃO	CADASTRO	UNI	QDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL
6	MPE	<p>Grama da espécie Esmeralda, entregue em placas regulares de aproximadamente 0,62m X 0,40m. São perenes (ciclo de vida longo) e muito ramificadas (que se dividem em ramos ou raízes a partir da planta original). Com crescimento rápido, que pode ser intensificado com o uso de adubo no solo, essa espécie pode atingir até 15cm de altura com folhas que ficam dispostas em hastes. Valor do frete incluso.</p> <p>Não serão aceitas pela FUTEL as placas de grama que apresentarem sinais de amarelamento, presença de bolor, temperatura superior à ambiente indicativa de abafamento e/ou fermentação decorrente de empilhamento, armazenamento ou acondicionamento inadequado, bem como aquelas que apresentarem sinais de maceração ou danos ocasionados pelo transporte.</p>	1012706	M²	2500	R\$28,35	R\$70.875

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

**TABELA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS ESTIMADOS**

ITEM	MPE ou AC*	ESPECIFICAÇÃO	CADASTRO	UNI	QDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL
<b>VALOR ESTIMADO GLOBAL MPE E AC</b>							<b>R\$ 818.075,30</b>

**Obs: Conforme indicado no Edital, a especificação técnica dos itens no arquivo PDF baixado juntamente com o arquivo do Edital no Comprasnet (RELAÇÃO DE ITENS) geralmente é obtida a partir de aproximações do CATMAT/CATSER, não sendo editável, em alguns casos, pelo órgão promotor do certame. Portanto, sempre que tal especificação não corresponder à descrição no Termo de Referência, prevalecerá a que consta do TR.**

Quantitativo Estimado por Órgão Participante					
ITEM	FUTEL(Ofício 164/2026	DMAE - DIRETORIA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (Ofício 2288/2026/GTE/DS ES)	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO (Ofício 257/2026/SMCT)	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRONEGÓCIO (OFÍCIO 133/026/DAF/SM AGRO)	TOTAL ESTIMADO
1	10000 M²	300 M²	X	X	10300 M²
2	10000 M²	X	25 M²	20 M²	10045 M²
3	10000 M²	X	25 M²	20 M²	10045 M²

1.3. Nenhum objeto desta contratação se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, posto que se enquadram aos termos do art. 6º, inciso XIII da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**1.5. A entrega do objeto será realizada de forma parcelada, conforme as**

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

demandas da FUTEL. O licitante deverá considerar e absorver integralmente, em sua proposta, todos os custos decorrentes do transporte parcelado, inclusive frete, carregamento, descarregamento, seguros e demais despesas necessárias, ficando o transporte sob total responsabilidade da Contratada, que deverá utilizar meios adequados para garantir a integridade dos equipamentos e cumprir os prazos de entrega estabelecidos.

1.6. Caso as placas de grama natural entregues não atendam aos requisitos técnicos e às especificações estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento convocatório, especialmente quanto às condições fitossanitárias, presença de pragas, doenças, bolor, sinais de fermentação, acondicionamento inadequado, danos de transporte ou quaisquer outros vícios que comprometam sua qualidade e utilização, a Contratante poderá recusá-las, no todo ou em parte.

1.7. A presente contratação refere-se exclusivamente ao fornecimento de grama natural em placas, não demandando a prestação de serviços de assistência técnica contínua ou manutenção periódica. Aplica-se, contudo, a garantia quanto à qualidade e às condições fitossanitárias do material fornecido, nos termos da legislação vigente, devendo o produto estar livre de pragas, doenças, plantas daninhas e quaisquer defeitos que comprometam seu adequado enraizamento e desenvolvimento.

1.8. A presente contratação tem por objeto a aquisição de grama natural dos tipos esmeralda, batatais e São Carlos, classificada como bem perecível, cuja qualidade está diretamente condicionada ao tempo e às condições de transporte após a extração, razão pela qual se estabelece a limitação geográfica de participação a fornecedores localizados em um raio máximo de até 200 km da sede do Município de Uberlândia/MG, visando assegurar a adequada conservação do material e a eficiência da contratação, conforme justificativa técnica constante em anexo ao Termo de Referência.

## **2. Valor estimado**

2.1. Os preços foram formados conforme Relatório de Pesquisa de Preços, que compõe a documentação que instrui esta demanda.

2.1.1. A data de consolidação do orçamento é: 30/03/2026

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

**2.2.** O custo estimado global da contratação é de R\$818.075,30 (**Oitocentos e dezoito mil e setenta e cinco reais e trinta centavos**), conforme custos unitários opostos na Tabela constante no item 1.2. deste Termo de Referência.

### **3. Prazo de vigência e instrumento contratual**

3.1. O prazo de vigência do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, caso for necessário, é de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

3.2. O instrumento do contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesas, autorização de compra ou ordem de execução de serviço quando se tratar de entrega imediata e integral e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, nos termos do artigo 95, inciso II, da Lei 14.133/21.

3.3. As regras contratuais estarão previstas em documento anexo a este Termo, que será divulgado juntamente com o edital ou aviso de contratação direta.

3.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano, contado da assinatura do último signatário necessário, na forma do art. 82 do Decreto Municipal nº 20.154/2023, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do artigo 84 da Lei 14.133, de 2021. Os preços registrados na ata poderão ser reajustados, da mesma forma e critérios estabelecidos para o reajuste previstos no contrato.

3.5. A Ata de Registro de Preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas durante sua vigência.

## **II. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

### **4. Do Estudo Técnico Preliminar e fundamentação da contratação**

4.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, que será publicado ao final do processo.

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

**4.2. A presente contratação visa à aquisição de grama natural, dos tipos Batatais, São Carlos e Esmeralda, destinada à manutenção, recomposição e adequação das áreas externas, campos e espaços esportivos sob administração da Fundação Uberlandense de Turismo, Esporte e Lazer – FUTEL, nas áreas que abrangem o Parque do Sabiá e os núcleos esportivos ( poliesportivos), utilizados para o desenvolvimento de atividades esportivas, administrativas e eventos institucionais.**

**4.3. O problema a ser resolvido consiste no desgaste contínuo da cobertura vegetal, decorrente do uso intensivo das áreas esportivas e de lazer, das condições climáticas e da compactação do solo, o que pode ocasionar áreas com solo exposto, irregularidades no terreno, comprometimento da drenagem e riscos à segurança dos usuários.**

**4.4. A inexistência de fornecimento regular de grama natural dificulta a realização de intervenções periódicas de manutenção e recuperação, podendo resultar na degradação progressiva dos espaços, na restrição de uso das áreas e no comprometimento da continuidade das atividades esportivas, recreativas e institucionais desenvolvidas pela FUTEL.**

**4.5. Como solução ao problema identificado, propõe-se a aquisição dos materiais por meio do Sistema de Registro de Preços, nos termos do Decreto Municipal nº 20.154/2023, Decreto Federal nº 11.462/2023 e da Lei Federal nº 14.133/21, o qual se mostra técnica e administrativamente mais adequado, por permitir contratações conforme a efetiva necessidade da FUTEL, com entregas parceladas, maior flexibilidade operacional, redução de estoques excessivos e otimização dos recursos públicos.**

**4.6. As quantidades estimadas foram definidas com base no histórico de consumo, na demanda regular das unidades e nas características das atividades desenvolvidas, observando-se o disposto no art. 40, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.**

## **5. Da descrição da solução**

**5.1. A presente contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) da Fundação Uberlandense de Turismo, Esporte e Lazer – FUTEL, elaborado nos termos dos arts. 7º e 9º, caput e inciso IX, da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022, uma vez que todos os itens de grama Batatais, grama Esmeralda e Grama São Carlos constam no referido Plano, devidamente publicado no Portal da FUTEL:**

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

<https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/orgaos-municipais/futel/plano-de-contractacao-anual/>.

**5.2. Entretanto, à época da elaboração do PCA, não foi possível estimar de forma precisa e consolidada a demanda real dos materiais de consumo utilizados pelas diversas unidades sob gestão da FUTEL, circunstância que resultou em quantitativos insuficientes para todos os itens ( Batatais, São Carlos e Esmeralda) descritos acima, os quais, embora previstos, demandam ajuste quantitativo para atender ao consumo efetivamente verificado.**

**5.2.1. Registra-se que o acompanhamento do consumo dos itens ocorre de forma descentralizada nas diversas unidades administradas pela FUTEL, em razão das características operacionais das atividades desenvolvidas. Nesse contexto, a consolidação histórica e precisa das informações demanda aperfeiçoamento contínuo dos instrumentos de gestão, o que vem sendo gradualmente adotado pela Fundação, que não tem medido esforços para ajustar a situação, implementando medidas voltadas ao melhor controle, planejamento e eficiência das atividades administrativas, em consonância com os princípios da boa governança e da melhoria contínua da gestão pública.**

**5.2.2. Ademais, por se tratar de insumo utilizado de forma recorrente e conforme a necessidade, destinado à manutenção e recuperação de áreas externas e espaços esportivos, a fixação antecipada e rígida de quantitativos no PCA pode resultar em subdimensionamento da demanda, comprometendo a conservação dos espaços, ou em superdimensionamento, ocasionando formação inadequada de estoques e ineficiência na aplicação dos recursos públicos.**

**5.2.3. A necessidade da contratação foi evidenciada ao longo do acompanhamento da execução das atividades institucionais e da avaliação das condições das áreas sob responsabilidade da FUTEL, demonstrando-se indispensável para garantir a adequada manutenção, segurança, funcionalidade e conservação dos espaços esportivos e de lazer, bem como a continuidade e a qualidade dos serviços públicos ofertados à população.**

**5.2.4. Destaca-se, ainda, que o art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece que o processo licitatório deve ser compatível com o Plano de Contratações Anual – PCA, o que não obsta a adequação ou**

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)



**atualização do planejamento para absorver necessidades supervenientes, desde que devidamente justificadas e compatíveis com o planejamento orçamentário. Registra-se que tais ajustes decorrem do aperfeiçoamento contínuo do planejamento operacional das unidades esportivas e não descaracterizam a contratação, mas visam conferir maior aderência à demanda real, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.**

**5.2.5. Nesse contexto, aplica-se o disposto no art. 45, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 20.154/2023, que autoriza a execução de demandas não previstas no PCA, desde que devidamente justificadas pelo setor requisitante e aprovadas pela autoridade competente. Assim, segue anexa a justificativa da área demandante, devidamente aprovada pelo Diretor-Geral da FUTEL.**

**5.2.6. A contratação pretendida encontra-se compatível com a Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada para o exercício de 2026, ficando o consumo da ata expressamente condicionado à existência, no momento da contratação, de dotação orçamentária específica, suficiente e previamente empenhada, em estrita observância ao disposto na Lei nº 14.133/2021, na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e às orientações do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG.**

**5.2.7. Dessa forma, resta atendido o disposto no art. 18, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, quanto à demonstração da compatibilidade da contratação com o planejamento da Administração, ainda que não originalmente prevista no Plano de Contratações Anual, diante de justificativa técnica e administrativa devidamente fundamentada.**

**5.3. O objeto da contratação está previsto em quantidades inferiores no Plano de Contratações Anual 2026 FUTEL, conforme detalhamento a seguir:**

- A. Id PCA no Portal da Prefeitura Municipal de Uberlândia/FUTEL:**  
<https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/orgaos-municipais/futel/plano-de-contratacao-anual/>
- B. Data de publicação no Portal da Prefeitura Municipal de Uberlândia/FUTEL: item 1012707(Grama Batatais),1012705 (Grama São Carlos) e 1012706( Grama Esmeralda) na data Dez/ 2025**

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

C. Código do item no PCA: item 1012707(Grama Batatais), 1012705 (Grama São Carlos), 1012706( Grama Esmeralda)

### **III. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

#### **6. Do Estudo Técnico Preliminar**

6.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, que será publicado ao final do processo.

6.2. A solução proposta consiste na aquisição de grama natural, nos tipos Batatais, São Carlos e Esmeralda, indispensável à implantação, recomposição e manutenção da cobertura vegetal dos campos esportivos, áreas verdes e demais espaços externos administrados pela Fundação Uberlandense de Turismo, Esporte e Lazer – FUTEL.

6.3. Considerando o ciclo de vida do objeto, trata-se de insumo de uso imediato, cuja utilização se inicia com o recebimento definitivo e se encerra com a sua fixação e integração ao solo, não havendo incorporação ao patrimônio público como bem permanente nem necessidade de manutenção técnica especializada por parte do fornecedor após o fornecimento. A reposição periódica desse insumo mostra-se necessária em razão do desgaste natural da cobertura vegetal, da intensidade de uso dos campos e áreas verdes e das condições climáticas, que impactam diretamente a durabilidade do gramado.

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)





**6.4. A solução contempla, ainda, a observância de critérios de qualidade, adequação às características agronômicas de cada tipo de grama e compatibilidade com as finalidades institucionais, de modo a assegurar a funcionalidade, segurança dos usuários, eficiência operacional e continuidade dos serviços públicos prestados. Ao longo de todo o ciclo de vida, a gestão do fornecimento permitirá o adequado planejamento da reposição, o uso racional do insumo e a economicidade na aplicação dos recursos públicos, em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável nas contratações públicas.**

**6.5. A presente contratação refere-se exclusivamente ao fornecimento de grama natural em placas, não demandando a prestação de serviços de assistência técnica contínua ou manutenção periódica. Aplica-se, contudo, a garantia quanto à qualidade e às condições fitossanitárias do material fornecido, nos termos da legislação vigente, devendo o produto estar livre de pragas, doenças, plantas daninhas e quaisquer defeitos que comprometam seu adequado enraizamento e desenvolvimento.**

#### **IV. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **7. Da Sustentabilidade**

**7.1. A contratação deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, econômica e social, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, de modo a minimizar impactos ambientais e promover o uso racional dos recursos públicos ao longo de todo o ciclo de vida da grama natural, desde a produção, extração, fornecimento e transporte.**

**7.2. A contratação apresenta baixo impacto ambiental, tendo em vista tratar-se de aquisição de insumo vegetal, cuja utilização contribui para a manutenção de áreas verdes, melhoria do microclima, controle de erosão do solo e qualificação paisagística dos espaços públicos, observada a legislação ambiental vigente.**

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

**7.3. Para minimizar os impactos ambientais associados à produção, fornecimento e utilização do insumo, serão observadas, sempre que aplicável, as seguintes diretrizes:**

**I – priorização de fornecedores que adotem boas práticas ambientais no cultivo, manejo e extração da grama;**

**II – preferência por gramas provenientes de produção regularizada, em conformidade com a legislação ambiental e agrícola vigente;**

**III – incentivo ao uso racional do insumo, evitando desperdícios e perdas durante o transporte, armazenamento temporário e aplicação.**

**7.4. No caso de acondicionamento, transporte ou fornecimento do material em embalagens ou suportes auxiliares, deverá ser priorizada a observância dos seguintes critérios:**

**I – utilização de embalagens ou meios de transporte com o menor impacto ambiental possível;**

**II – preferência por materiais reutilizáveis, recicláveis ou biodegradáveis, desde que atendidas as exigências técnicas pertinentes.**

**7.5. A Fundação Uberlandense de Turismo, Esporte e Lazer – FUTEL será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual e/ou da Ata de Registro de Preços, com vistas a assegurar o cumprimento dos requisitos de sustentabilidade previstos neste Termo de Referência e a adoção das medidas mitigadoras necessárias à minimização de impactos ambientais, em conformidade com a legislação ambiental vigente nos âmbitos municipal, estadual e federal. O compromisso com a sustentabilidade deverá orientar todas as fases da contratação, desde o planejamento até a execução, em observância ao princípio do Desenvolvimento Nacional Sustentável, previsto na Lei nº 14.133/2021.**

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

**7.6. Nesse contexto, a contratação é considerada ambientalmente adequada, estando prevista a adoção de medidas preventivas e mitigadoras voltadas à proteção do meio ambiente em todas as etapas de fornecimento, manuseio, aplicação e integração do insumo ao solo, em consonância com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade compartilhada, previstos na Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305/2010, no que couber.**

## **8. Da exclusividade de participação de ME e EPP**

8.1. Na presente licitação os itens 4,5 e 6 serão exclusivos para participação de empresas enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, tendo em vista o enquadramento no art. 48, inciso III da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo os demais itens destinados à ampla concorrência.

8.1.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço estimado no instrumento convocatório.

8.1.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

## **9. Da participação de consórcios**

9.1. A vedação à participação de empresas consorciadas ou agrupadas justifica-se porque o Município de Uberlândia coaduna com o entendimento de que a admissão de consórcios nas licitações é recomendada quando o objeto licitado for considerado de alta complexidade ou vulto, pois nestes casos está diretamente relacionada à ampliação da competitividade, no sentido de permitir a participação de empresas que, isoladamente, não atenderiam a todos os requisitos de qualificação técnica e/ou econômico-financeira exigidos no instrumento convocatório. Em se tratando de licitações destinadas à aquisição

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

de produtos se vislumbra restrição no universo de possíveis licitantes, pois as empresas participantes, em sua maioria, já apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira para a execução de contratos dessa natureza. Nestes casos, portanto, a vedação à participação de consórcios não acarretará em prejuízos à competitividade do certame, muito pelo contrário, o objetivo é justamente evitar que a reunião de empresas por meio de consórcios, quando poderiam estar ofertando lances de modo individual, reduza o número de licitantes com propostas independentes, o que diminuiria, conseqüentemente, a concorrência, não sendo demais atentar quanto ao aumento da possibilidade de cartelização do mercado para manipular os preços nas licitações.

## **10. Da participação de cooperativas**

10.1. Será permitida a participação de Sociedades Cooperativas, e serão exigidos para fins de habilitação jurídica os documentos previstos no tópico de Habilitação Jurídica deste Termo.

## **11. Da subcontratação**

11.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **12. Garantia de contratação**

12.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

## **V. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

## **13. Condições de entrega**

**13.1. Considerando a natureza do objeto e a dinâmica da demanda, as aquisições poderão ocorrer de forma parcelada ao longo da vigência contratual e/ou da Ata de Registro de Preços, conforme a necessidade da Administração. Cada fornecimento será formalizado mediante Nota de**

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

**Empenho específica, a qual constituirá instrumento hábil para autorizar o fornecimento, definir as quantidades e estabelecer os prazos aplicáveis.**

**13.2. O endereço de entrega será aquele que constar na respectiva nota de empenho.**

13.3. O prazo de entrega dos bens é de **5 (cinco) dias úteis**, contados da emissão da nota de empenho ou assinatura da ordem de fornecimento na localização referida na nota de empenho ou assinatura da ordem de fornecimento.

13.4. Forma de entrega proposta

**13.5. A entrega não será considerada concluída até que a Administração realize o recebimento provisório e/ou definitivo, nos termos da legislação aplicável, podendo rejeitar produtos que não atendam às especificações técnicas contratadas ou que apresentem avarias decorrentes de transporte, acondicionamento inadequado ou inconformidades de qualquer natureza.**

13.5.1. Caso não seja possível a entrega no prazo estabelecido, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **48 (quarenta e oito) horas** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**13.5.2. As entregas destinadas às entidades participantes da Ata de Registro de Preços terão as condições de entrega, endereços e instruções logísticas específicas informadas diretamente na respectiva Nota de Empenho, a qual indicará o local de recebimento designado por cada participante e demais particularidades necessárias ao atendimento da demanda.**

**13.5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 ( quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.**

**13.5.4. A contratada deverá proceder a substituição dos materiais que apresentarem vícios, defeitos ou inconformidades, sem qualquer ônus para a contratante, de modo a assegurar o atendimento integral aos padrões de qualidade, segurança e às especificações técnicas estabelecidas no instrumento contratual ou na respectiva ata.**

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

#### **14. Garantia, manutenção e assistência técnica**

14.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido no art. 26 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

14.2. A contratação não exige a prestação de assistência técnica nem a realização de manutenção periódica, sendo aplicáveis apenas às garantias legais relativas a vícios ou defeitos dos produtos. A substituição de materiais com defeito, bem como todos os custos a ela associados, será de responsabilidade exclusiva da contratada.

14.3. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

14.4. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

14.5. A garantia será prestada com vistas a manter os materiais fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

14.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens, conforme o caso, pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

14.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, conforme o caso, compreendendo a substituição do material, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

14.8. Os materiais que apresentarem vício, defeito de fabricação ou não conformidade com as especificações estabelecidas deverão ser substituídos pela Contratada, sem ônus para a Administração, por outros novos, de primeiro uso e em perfeitas condições, que atendam integralmente aos padrões de qualidade exigidos, no prazo a ser definido pela fiscalização contratual.

14.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens, conforme o caso, que apresentarem vício ou defeito no prazo de até

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contados a partir da data de retirada do material das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada, conforme o caso.

14.10. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

14.11. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar material equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos, conforme o caso.

14.12. Decorrido o prazo para substituição dos produtos que apresentarem vício, defeito ou não conformidade, sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativa aceita pela Administração, fica o Contratante autorizado a adquirir os materiais de fornecedor diverso, para atendimento de sua necessidade imediata, bem como a exigir do Contratado o ressarcimento dos custos correspondentes, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente.

14.13. Os custos referentes ao transporte, recolhimento, devolução ou substituição das gramas (Batatais, São Carlos e Esmeralda) que apresentarem vício, defeito ou não conformidade serão de inteira responsabilidade do Contratado, sem ônus para a Administração.

14.14. A garantia legal aplicável ao objeto desta contratação possui prazo de vigência próprio, nos termos da legislação vigente, independente da vigência contratual, não afastando a responsabilidade da contratada por eventuais vícios ocultos, falhas de desempenho ou inconformidades técnicas identificadas durante o período de garantia, bem como a possibilidade de aplicação das penalidades administrativas cabíveis em caso de descumprimento das condições de fornecimento, ainda que constatado após o encerramento do contrato ou da respectiva ata.

## **VI. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**15.** O modelo de gestão do contrato está detalhado na MINUTA DE CONTRATO ou, quando a formalização do contrato se der por instrumento

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

equivalente (dispensa de contrato, no APÊNDICE I – REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO.

## **16. Forma de seleção**

16.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento escolhido pela Unidade Central de Compras, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

**16.2. O enquadramento da contratação no Sistema de Registro de Preços – SRP justifica-se pela incidência dos incisos I, II (parte inicial) e III do art. 70 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023, bem como pelo disposto nos arts. 82 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme fundamentação constante da justificativa da opção pela utilização do SRP, descrita nos itens 5.3 e 5.4 do Estudo Técnico Preliminar.**

**16.3. Em cumprimento ao art. 71, inciso I e §2º do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023, foi enviado o convite aos órgãos e entidades do município conforme Ofício nº 170FUTEL/2026 datado de 03/02/2026.**

**16.4. Não será admitida a adesão posterior à ata de registro de preços decorrente desta licitação, nos termos do artigo 71, inciso III, do Decreto Municipal nº 20.154/2023, uma vez que esta Fundação não possui estrutura administrativa necessária para o gerenciamento do processo, sobretudo porque não dispõe de sistema de controle - atualmente feito de forma manual e por número reduzido de servidores - o que inviabilizaria o acompanhamento adequado dos contratos decorrentes. Ademais, a possibilidade de participação e/ou adesões posteriores compromete o equilíbrio econômico e operacional da contratação, podendo gerar sobrecarga ao fornecedor, aumentar os riscos de inadimplência e dificultar o cumprimento das condições inicialmente pactuadas. Ressalte-se, ainda, que tal vedação visa cumprir o planejamento original da contratação, garantindo a previsibilidade e a adequada gestão dos recursos públicos.**

## **17. Justificativa de parcelamento ou aglutinação do objeto**

17.1. A justificativa de parcelamento está definida no Estudo Técnico Preliminar. A adjudicação será por itens, com fundamento no art. 40, §2º, inciso III da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e da Súmula nº 247 do TCU.

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)



## **VII. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA**

17.2. Serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima do orçamento estimado após todas as etapas de negociação.

17.3. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá, quando formalmente solicitada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, apresentar proposta comercial ajustada ao valor final ofertado, acompanhada da respectiva ficha técnica e dos registros, laudos e/ou certificados exigidos neste Termo de Referência, os quais deverão comprovar, de forma inequívoca, a conformidade dos materiais ofertados com as especificações técnicas estabelecidas.

17.4. Caso a licitante não apresente, quando solicitados, as fichas técnicas, laudos, certificados ou demais documentos exigidos, ou caso a documentação apresentada não atenda às exigências deste Termo de Referência ou às especificações do objeto, a proposta será desclassificada, nos termos da legislação vigente.

17.5. Esta opção se faz necessária para assegurar a verificação da conformidade técnica do objeto com as especificações estabelecidas e a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração.

## **VIII. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

17.6. Para fins de habilitação, deverá o licitante atender aos itens a seguir.

17.7. Em caso de contratação de ME ou EPP cuja natureza do serviço vede o recolhimento na forma do SIMPLES NACIONAL nos termos do art. 17 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, a licitante deverá, nos moldes e prazos estabelecidos na Receita Federal, promover seu desenquadramento do Simples Nacional, na forma do art. 30, § 1º, inciso II, da mesma Lei.

## **18. Habilitação jurídica**

18.1. Tendo em vista o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988, os documentos de habilitação que não forem mencionados neste documento

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

serão dispensados, considerando-se a complexidade do objeto e/ou a análise de risco.

18.2. Declaração de que atende aos requisitos do edital ou do aviso de contratação direta;

18.3. Declaração de inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

18.3.1. Nas licitações realizadas pelo ComprasGov, a declaração será prestada por registro no sistema; nos demais casos, deverá ser apresentada por meio de documento próprio.

18.4. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso, bem como o documento de habilitação jurídica conforme orientação dos itens a seguir;

18.4.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

18.4.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

18.4.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

18.4.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

18.4.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

18.4.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

18.4.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

18.4.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, que demonstre a constituição e o funcionamento da cooperativa com observância das regras estabelecidas da legislação aplicável, em especial a Lei Federal nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar Federal nº 130, de 17 de abril de 2009, acompanhada do registro de que trata, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

18.4.8.1. Em caso de participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, com base na Instrução Normativa SEGES/ME nº 05/2017:

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

18.4.8.1.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei Federal nº 5.764, de 1971;

18.4.8.1.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

18.4.8.1.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

18.4.8.1.4. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;  
e

18.4.8.1.5. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; b) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; c) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

18.4.8.1.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei Federal nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

18.4.9. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

termos do [art. 4º, §2º do Decreto Federal nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

18.4.10. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

18.4.11. **Ato de autorização** para o exercício da atividade de .....  
(especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por  
..... (especificar o órgão competente) nos termos do art. .... da  
(Lei/Decreto) nº .....

18.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **19. Habilitação fiscal, trabalhista e previdenciária**

19.1. Prova de regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

19.2. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, conforme art. 195, §3º da CRFB/1988;

19.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

19.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei Federal nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

19.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Município relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

19.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

19.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

19.8. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

19.9. Declaração firmada pela Licitante, com amparo do art. 68, inciso VI Lei Federal nº. 14.133, de 2021, que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade, em trabalho de qualquer natureza, exceto na condição de menor aprendiz, a partir de 14 anos de idade.

19.10. Declaração firmada pela Licitante, com amparo do art. 63, inciso IV c/c art. 92, inciso XVII da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.

19.11. Em caso de contratação custeada por recursos originados de transferências voluntárias da União, serão observados todos os requisitos das Instruções Normativas nº 116, de 2021 e 73, de 2022.

## **20. Qualificação Econômico-Financeira**

20.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, conforme [art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#), ou de sociedade simples.

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

20.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos da [Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#).

20.3. Só será permitida a participação de empresas em recuperação judicial e extrajudicial se comprovada, respectivamente, a aprovação ou a homologação do plano de recuperação pelo juízo competente, nos termos da Lei Federal nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

20.4. Se o licitante não for sediado no Estado de Minas Gerais, as certidões deverão vir acompanhadas de comprovação de que a certidão emitida contempla as ações relativas a falências, recuperação judicial e execução patrimonial.

20.5. A exigência dos documentos de qualificação econômico-financeira justifica-se pelo caráter essencial do fornecimento de gramas, quais sejam, Grama Batatais, Grama São Carlos e Grama Esmeralda, indispensáveis à implantação, manutenção e recuperação das áreas verdes e esportivas sob responsabilidade da Administração. A adequada capacidade econômico-financeira do licitante é necessária para garantir a produção/aquisição das gramas, a manutenção das condições adequadas de conservação, a logística de transporte e entrega, bem como o cumprimento dos prazos e quantitativos contratados ao longo de toda a vigência da ata de registro de preços e contratual, reduzindo riscos de inadimplemento, fornecimento de materiais fora das especificações, descontinuidade do abastecimento e prejuízos à Administração Pública, em consonância com os arts. 69 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021 e com os princípios da eficiência, segurança jurídica e interesse público.

20.6. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

20.6.1. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo limitado a 10% do valor total estimado da contratação.

20.6.2. O balanço patrimonial deverá estar devidamente autenticado por meio do código presente no recibo de entrega e nas demais demonstrações contábeis emitidas pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, de acordo com Instrução Normativa nº 2003 de 18 de janeiro de 2021, ou a que vier a substituí-la.

20.7. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

20.8. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

20.9. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

20.10. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)



## **IX. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

20.11. A despesa decorrente desta licitação, quando da contratação, correrá à conta da dotação orçamentária consignada no orçamento vigente, referente ao exercício financeiro de 2026, aprovado pela Lei Orçamentária Anual – LOA, Lei nº 14.651, de 17 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial do Município em 17 de dezembro de 2025, Edição Suplementar nº 7.254-A, página 138 a 140.

20.12. Por se tratar de procedimento para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária somente será exigida no momento da formulação da contratação, com vinculação de orçamento aprovado na Lei Orçamentária Anual – LOA do exercício financeiro correspondente à efetivação da contratação pelo órgão contratante, nos termos do artigo 77 do Decreto Municipal n. 20.154/2023.

Uberlândia-MG, 01 de Abril de 2026.

**RAMON TADEU CARVALHO BUCCI**

Matrícula 1019-7

Diretor da Diretoria de Infraestrutura Física (Interino - PORTARIA FUTEL Nº 045/2026) da FUTEL

**Edson Cezar Zanatta**

Diretor Geral da Futel

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

## **X. APÊNDICE I – REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO**

### **1. Da formalização da contratação**

1.1. O adjudicatário terá o prazo de **10 (dez) dias**, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.1.1. Em caso de inobservância do prazo estipulado o licitante incorrerá nas penas de descumprimento total da obrigação assumida previstas no art. 90, *caput* e seu parágrafo 5º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. Referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

1.4. A Contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital ou Aviso de Dispensa, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância previsto no Apêndice II.

1.5. A contratada reconhece que as hipóteses de extinção contratual são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

### **2. Vigência e Prorrogação**

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

### 3. Do Reajuste Contratual

3.1. O preço definido no instrumento contratual será fixo e irrevogável pelo período de (um) ano, contados da data da consolidação do orçamento estimado ou da data da alteração de sua data-base.

3.1.1. A data-base para a contagem do prazo de reajuste é a data da consolidação do orçamento estimado definida no subitem nº 2.1.1 do Termo de Referência.

3.2. É facultado o reajuste em sentido estrito, a pedido da contratada, contemplando a variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, após 1 (um) ano da data da consolidação do orçamento estimado ou da data de alteração do preço da ata de registro de preços com reflexo no contrato, devendo o pedido ser formulado antes do advento da data base referente ao reajuste subsequente, sob pena de o silêncio ser interpretado como renúncia presumida.

3.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

3.3.1. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

3.3.2. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

3.3.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

- 3.4. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 3.5. Os efeitos financeiros do reajuste em sentido estrito serão devidos a partir da solicitação da contratada;
- 3.6. Caso a solicitação seja feita no prazo de até 30 (trinta) dias após o advento da data base, ou seja, do fato gerador do direito ao reajuste, os efeitos financeiros retroagirão à data do fato gerador ao direito.
- 3.7. Não serão considerados e/ou admitidos pedidos de reajuste protocolados antes da implementação da data base, ou seja, do fato gerador do direito ao reajuste.
- 3.8. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros da data base do reajuste anterior.
- 3.9. Havendo reequilíbrio econômico-financeiro do contrato ou alteração do preço da ata de registro de preços com reflexo no contrato, ocorrerá a modificação da data-base, passando a mesma a coincidir com a data de concessão do reequilíbrio, sendo que os próximos reajustamentos anuais serão considerados a partir de então.
- 3.10. A Contratada poderá solicitar o reajuste a qualquer tempo durante a vigência do contrato, até a data da prorrogação de sua vigência, observado o disposto no subitem nº 3.2 deste instrumento.
- 3.11. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste e/ou reequilíbrio solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.
- 3.12. Caso a Contratada não requeira tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo ou sem qualquer ressalva quanto à posterior análise do reajuste pela Administração, ocorrerá a preclusão do direito.

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

#### **4. Subcontratação**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência que instruiu o processo de contratação.

#### **5. Obrigações das partes**

5.1. Além das obrigações específicas eventualmente previstas no Termo de Referência, as partes deverão se submeter às seguintes obrigações gerais.

5.2. São obrigações do Contratante:

5.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência, Edital e seus anexos;

5.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

5.2.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, fixando prazo para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

5.2.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

5.2.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)



- 5.2.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no edital e seus anexos;
- 5.2.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei, edital e seus anexos;
- 5.2.8. Cientificar o órgão de representação judicial, quando for o caso, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 5.2.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive sobre eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente objeto, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 5.2.10. Deverá ser observado o prazo de 01 (um) mês, contado da data do protocolo do requerimento, fixado no art. 112 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023, caso não haja disposição legal ou prazo específico estabelecido no Termo de Referência, sendo admitida a prorrogação uma vez, por igual período, desde que motivado;
- 5.2.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando for o caso.
- 5.2.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

### 5.3. Obrigações do contratado

- 5.3.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do edital e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 5.3.2. Entregar o objeto nas quantidades, prazos e condições pactuadas, acompanhado do manual, folders, catálogo, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;
- 5.3.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990);
- 5.3.4. Comunicar ao contratante, no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso não tenha sido fixado prazo diverso no Termo de Referência;
- 5.3.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 5.3.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 5.3.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

5.3.8. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação.

5.3.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os documentos que atestem a manutenção da regularidade fiscal e trabalhista, conforme rol de requisitos de habilitação previstos no processo de origem da contratação, sendo: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, se for o caso; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado, se for o caso; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, se for o caso; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, se for o caso;

5.3.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

5.3.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quando não for definido prazo diverso no Termo de Referência, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

5.3.12. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)



- 5.3.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021);
- 5.3.14. Quando solicitado, comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021);
- 5.3.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 5.3.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inc. II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 5.3.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 5.3.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência, se for o caso;
- 5.3.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato, quando aplicável;

- 5.3.20. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 5.3.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do termo de referência ou instrumento congênere.
- 5.3.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 5.3.23. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 5.3.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 5.3.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 5.3.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

## **6. Garantia de contratação**

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

6.1. Se houver previsão de garantia de contratação no Termo de Referência, além das disposições ali previstas, deverão ser observadas as disposições a seguir.

6.2. Caso ocorra modificação de quantitativos com reflexos financeiros, bem como reequilíbrio do contrato e eventuais prorrogações com renovação contratual, a garantia deverá ser complementada ou reduzida, de acordo com o reflexo financeiro do valor contratual total após a modificação.

6.3. No caso de opção por seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato, observada a regra do art. 96, §3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3.1. A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

6.3.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

6.3.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

6.3.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

6.3.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)



período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

6.4. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

6.5. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

6.6. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

6.7. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

6.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

6.8.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

6.8.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

6.8.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

6.9. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

6.10. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

6.11. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

6.12. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

6.13. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

6.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

6.14.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

6.14.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

6.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

6.16. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

6.17. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

6.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

6.19. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

## **7. Critérios de medição e pagamento**

### **7.1. Orientações Iniciais**

7.1.1. Além do previsto neste termo, os procedimentos a serem adotados nos processos de liquidação e pagamento deverão observar o disposto na Portaria Conjunta SMF/CGM nº 19, de 13 de setembro de 2023.

### **7.2. Recebimento do Objeto**

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

- 7.2.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 ( quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.2.3. O recebimento definitivo deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.2.3.1. Nos termos dos arts. 12 e 14 da Instrução Normativa SMF nº 01, de 09 de janeiro de 2024, o órgão contratante (unidade gestora) deverá providenciar toda documentação necessária e atestar o cumprimento do objeto contratual, mediante requisição de liquidação, no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis, a fim de que a Secretaria Municipal de Finanças adote os trâmites finais para liquidação da despesa, em até 2 (dois) dias úteis.
- 7.2.4. Para os itens de contratação cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será reduzido pela metade.
- 7.2.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.2.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.2.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.2.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem, estabelecidas nas normas de execução, correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### 7.3. Liquidação

7.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 125, § 4º do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

7.3.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)



decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

7.3.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. o prazo de validade;
- b. a data da emissão;
- c. os dados do contrato e do órgão contratante;
- d. o período respectivo de execução do contrato;
- e. o valor a pagar; e
- f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.3.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.3.5. Haverá retenção na fonte do imposto de renda – IR, nos termos do Decreto Municipal nº 20.086/2022 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 1.234/2012, e suas alterações, da Receita Federal, inclusive no que se refere às isenções.

7.3.6. As notas fiscais deverão ser emitidas em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa nº 1234/2012, e suas alterações, da Receita Federal, conforme dispõe o Decreto Municipal nº 20.086/2022, sob pena de não aceitação por parte do contratante.

7.3.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006 não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.3.8. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

7.3.9. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF, ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais, para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.3.10. Constatando-se, junto ao SICAF, ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.3.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

7.3.12. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à aplicação das sanções administrativas cabíveis e, se for o caso, a rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.3.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### 7.4. Prazo de pagamento

7.4.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa e consequente assinatura da ordem de pagamento pela autoridade competente, conforme seção anterior, nos termos do art. 125, inciso II do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

7.4.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

7.4.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP$$

sendo:

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

I – Índice de Compensação Financeira, capitalizado diariamente em regime de juros simples, à taxa nominal de 6,0% (seis por cento) ao ano, ou de 0,5% (meio por cento) ao mês.

Cálculo do parâmetro “I”

$$I = (TX/100) / 365 = (6/100) / 365 = 0,00016438.$$

TX = 6,0% a.a.

VP = Valor do pagamento, ou da parcela em atraso.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

## 7.5. Forma de pagamento

7.5.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista nas legislações aplicáveis e conforme previsto neste documento.

7.5.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.5.5. Não serão retidos os valores correspondentes ao IR, conforme hipóteses do art. 4º, IN 1.234/2012.

## 8. Da cessão de crédito

8.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.2. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do Contratante.

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

8.3. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.4. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.5. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.6. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

## **9. Do modelo de gestão do contrato**

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. Após a assinatura do contrato ou emissão do instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada pelo(s) gestor(es) e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, designados conforme o Decreto Municipal nº 20.154, de 1º de fevereiro de 2023, nos termos do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/21, **quais sejam:**

**I. Gestor - Ramon Tadeu Carvalho Bucci, Diretor DAM-15, matrícula nº 1019-7 - titular;**  
**Walter Viriato da Silva, Coordenador DAM-08, matrícula nº 1048-0 - suplente do gestor;**

**II. Fiscal - Flávio Renato Fernandes Coimbra, Jardineiro, matrícula nº 1129-0 - titular;**

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

**Diogo Pereira Dos Santos, Matrícula: 1113-4, Bombeiro Hidráulico - suplente do fiscal.**

9.7. A fiscalização (administrativa e/ou técnica) de que trata o modelo de gestão do contrato não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

## **10. Da Fiscalização**

10.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, com observância das competências traçadas no art. 23 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023, e demais disposições deste instrumento.

10.2. A fiscalização técnica e administrativa poderá ser centralizada em único servidor ou dividida, a interesse do órgão contratante, devendo, neste último caso, constar delimitação de competências no ato de designação.

## **11. Fiscalização Técnica**

11.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

11.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

11.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

11.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

11.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

11.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

## **12. Fiscalização Administrativa**

12.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

12.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

## **13. Gestão contratual**

13.1. Cabe ao gestor do contrato:

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)



- 13.1.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 13.1.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 13.1.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 13.1.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 13.1.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

- 13.1.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 13.1.7. enviar a documentação pertinente ao competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 13.1.8. Observar as demais competências estabelecidas no art. 22 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023, aplicáveis à contratação.

#### **14. Da Cláusula Anticorrupção**

14.1. A CONTRATADA declara conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação, dentre elas, a Lei Anticorrupção (Lei Federal nº 12.846/2013) e o Decreto Municipal nº 18.389/2019 e se compromete a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por ela contratados.

14.2. As Partes declaram que manterão até o final da vigência deste contrato conduta ética, honesta e transparente na execução do objeto do presente instrumento.

14.3. A CONTRATADA se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato:

- 14.3.1. Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;
- 14.3.2. Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados;

14.3.3. Não empregar, direta ou mediante contrato de serviços ou qualquer outro instrumento, trabalho escravo ou infantil, salvo as exceções legalmente admitidas;

14.3.4. Participar de todos e quaisquer treinamentos eventualmente oferecidos pela CONTRATANTE que sejam relativos a qualquer aspecto que consta da lei anticorrupção ou políticas internas de integridade da CONTRATANTE.

14.4. A CONTRATADA se obriga a comunicar imediatamente a CONTRATANTE, por escrito, caso tome conhecimento de que algum pagamento impróprio tenha sido realizado, direta ou indiretamente, por um de seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados.

## **15. Obrigações pertinentes à LGPD**

15.1. As partes deverão cumprir a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

## **16. Das infrações e sanções administrativas**

16.1. Caracteriza infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021:

16.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

16.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

- 16.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
  - 16.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - 16.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - 16.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 16.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
  - 16.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
  - 16.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - 16.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - 16.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - 16.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 16.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações descritas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e, ainda, por qualquer outro descumprimento de cláusula editalícia, contratual ou da legislação referente a licitações e contratações públicas.

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

16.3. Na aplicação das sanções, além das disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deverão ser observados os procedimentos dispostos no Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

16.4. Aplica-se o disposto, sobre infrações administrativas, às licitações, às contratações diretas e procedimentos auxiliares, naquilo que for aplicável.

16.5. Na aplicação das sanções, conforme resultado apurado em procedimento administrativo, em que sejam oportunizados a ampla defesa e o contraditório, serão considerados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a natureza e a gravidade da infração, os danos que o cometimento da infração ocasionar à Administração Pública, ao serviço e aos usuários, a vantagem auferida em virtude da infração, as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do licitante ou contratado.

16.6. Aplica-se o disposto neste item às licitações, contratações diretas e procedimentos auxiliares, naquilo que for aplicável.

16.7. Os licitantes ou contratados que descumprirem total ou parcialmente as normas administrativas ficarão sujeitos às penalidades descritas no artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quais sejam:

16.7.1. advertência;

16.7.2. multa;

16.7.3. impedimento de licitar e contratar;

16.7.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.8. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

16.8.1. descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave, tais como, o atraso na entrega de produto, serviços e etapas de obras, e

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

situações de natureza correlatas, independentemente da aplicação da multa;

16.8.2. inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, e situações de natureza correlatas, a critério da Administração Pública, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

16.8.3. Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Administração Pública.

16.9. O licitante ou contratado que, injustificadamente, descumprir a legislação ou cláusulas editalícias ou contratuais ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos nos contratos ou sua inexecução total ou parcial, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, sem prejuízo das demais penalidades legais cabíveis, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:

16.9.1. Multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na entrega de bem ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

16.9.1.1. A aplicação de multa moratória não impedirá que a autoridade julgadora, mediante ato motivado, a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste termo.

16.9.2. Multa administrativa/compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)



direta em caso de recusa do licitante ou futuro contratado em assinar a Ata de Registro de Preços ou contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente.

16.9.3. Multa administrativa/compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação ou para a contratação direta, na hipótese de o licitante ou futuro contratado retardar injustificadamente o procedimento de contratação ou descumprir de preceito normativo ou as obrigações assumidas, nos casos seguintes:

16.9.3.1. Deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;

16.9.3.2. Desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela administração;

16.9.3.3. Tumultuar a sessão pública da licitação;

16.9.3.4. Descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;

16.9.3.5. Propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;

16.9.3.6. Deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao cadastro de fornecedores do município, dentro do prazo concedido pela administração pública, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo respectivo órgão ou entidade da administração pública municipal;

16.9.3.7. Deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da lei

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

complementar federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações;

16.9.3.8. Propor impugnações ou pedidos de esclarecimentos repetitivos e que já tenham sido respondidos, tumultuando a abertura do processo licitatório; e

16.9.3.9. Outras situações de natureza correlatas.

16.9.4. Multa administrativa/compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:

16.9.4.1. Deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;

16.9.4.2. Permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;

16.9.4.3. Deixar de regularizar, no prazo definido pela administração pública municipal, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;

16.9.4.4. Deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;

16.9.4.5. Não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;

16.9.4.6. Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;

16.9.4.7. Utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)



- 16.9.4.8. Tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- 16.9.4.9. Deixar de fornecer equipamento de proteção individual - epi, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- 16.9.4.10. Deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela administração pública municipal;
- 16.9.4.11. Deixar de repor funcionários faltosos;
- 16.9.4.12. Deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- 16.9.4.13. Deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- 16.9.4.14. Deixar de efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
- 16.9.4.15. Deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;
- 16.9.4.16. Outras situações de natureza correlatas.
- 16.9.5. Multa administrativa/compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta, na hipótese de o contratado entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

16.9.5.1. No caso de prestações continuadas, a multa prevista nesta hipótese será calculada sobre o valor da parcela que eventualmente for descumprida.

16.9.6. Multa administrativa/compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou da Ata de Registro de Preços, quando o contratado ou fornecedor registrado der causa, respectivamente, à rescisão do contrato ou ao cancelamento da Ata de Registro de Preços.

16.9.7. A multa deverá ser recolhida administrativamente no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do envio da notificação do órgão sancionador.

16.9.8. Os débitos do Contratado para com a Contratante, resultantes das hipóteses de multa previstas neste instrumento, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos decorrentes de contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ou entidade sancionadora.

16.9.9. O pedido de compensação poderá ser formalizado pelo interessado, sem prejuízo da possibilidade de a Administração fazê-lo de ofício, acompanhado da relação dos contratos vigentes que serão objeto de compensação do valor do débito pretendido, e submetido à análise do órgão ou entidade contratante, que, deferindo o pedido, terá caráter definitivo.

16.9.10. Na hipótese de deixar o licitante ou contratado de pagar a multa aplicada a tempo e o modo devidos, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)



16.9.10.1. Se a multa aplicada for superior ao valor das faturas subsequentes ao mês do inadimplemento, responderá o licitante ou contratado pela sua diferença, devidamente atualizada monetariamente e acrescida de juros e encargos legais, fixados segundo os índices e taxas utilizados na cobrança dos créditos não tributários do Município ou cobrados judicialmente;

16.9.10.2. Inexistindo faturas subsequentes ou sendo estas insuficientes, descontar-se-á do valor da garantia;

16.9.10.3. Impossibilitado o desconto a que se refere o inciso II do caput deste artigo, será o crédito correspondente inscrito em dívida ativa.

16.9.11. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias contínuos será considerado como inexecução total do Contrato ou da Ata de Registro de Preços, devendo os instrumentos respectivos serem rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente motivadas no ato do respectivo órgão ou entidade da Administração Pública Municipal contratante.

16.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

16.10.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

16.10.1.2. der causa à inexecução total do contrato;

16.10.1.3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

16.10.1.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

- 16.10.1.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 16.10.1.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 16.10.1.7. outras situações de natureza correlatas.
- 16.10.2. Considera-se inexecução total do contrato:
  - 16.10.2.1. recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada; ou
  - 16.10.2.2. recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração Pública.
- 16.10.3. Evidenciada a inexecução total, a inexecução parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual, o adjudicatário ou contratado será notificado para apresentar, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da publicação ou ciência, a justificativa para o descumprimento do contrato.
- 16.10.4. A justificativa apresentada pelo licitante ou adjudicatário será analisada pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de licitação; e a apresentada pela contratada será analisada pelo fiscal do contrato que, mediante ato motivado, apresentará manifestação e submeterá à decisão da autoridade superior competente.
- 16.10.5. Rejeitadas as justificativas, o agente público competente submeterá à autoridade máxima do órgão ou entidade para que decida sobre o encaminhamento para a instauração do processo para a

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)



apuração de responsabilidade, salvo quando não for ele a autoridade instauradora e julgadora.

16.10.6. Preliminarmente ao encaminhamento à instauração do processo para a apuração de responsabilidade poderá a autoridade máxima do órgão ou entidade conceder prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da publicação ou da ciência, para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.

16.10.7. A sanção impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Uberlândia, pelo prazo máximo de 3 (três) anos a contar da sua inscrição no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS.

16.11. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

16.11.1.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

16.11.1.2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

16.11.1.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

16.11.1.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

16.11.1.5. praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

16.11.1.6. outras situações de natureza correlatas

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

16.11.2. A autoridade máxima, quando do julgamento, se concluir pela existência de infração criminal ou de ato de improbidade administrativa, dará conhecimento aos órgãos de controle da Administração Pública competentes e, quando couber, à Controladoria-Geral do Município, para atuação no âmbito das respectivas competências.

16.11.3. A sanção de inidoneidade aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Uberlândia, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.

16.12. A apuração de responsabilidade por infrações passíveis das sanções de advertência se dará em processo administrativo sumaríssimo, facultando-se a defesa do licitante ou contratado no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da ciência.

16.13. A apuração de responsabilidade por infrações passíveis da sanção de multa, ou advertência e multa, se dará em processo administrativo sumário, facultando-se a defesa do licitante ou contratado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação ou ciência.

16.14. A aplicação das sanções impedimento e inidoneidade, conforme o artigo 132 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023, requererá a instauração de processo de responsabilização, de que trata o artigo 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a ser conduzido por Comissão Processante, permanente ou designada pela autoridade competente ou pela autoridade máxima do órgão ou entidade da Administração Pública do município de Uberlândia.

16.15. Instaurado o processo administrativo, a autoridade competente deverá emitir a notificação, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentarem defesa escrita, sendo facultado apresentar rol de eventuais provas que deseja produzir, de forma fundamentada, para

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

deliberação da Comissão e exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

16.16. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, devendo-se observar as causas de interrupção e suspensão previstas no §4º do artigo 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

16.17. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

16.18. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, no Decreto Municipal nº 20.154, de 2023, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos no Decreto Municipal nº 18.389, de 9 de dezembro de 2019.

16.19. É admitida a reabilitação do condenado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e do art. 136 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

16.20. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

16.21. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

16.22. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa e, na hipótese de cumulação, serão concedidos os prazos para recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.

16.23. Na aplicação das penalidades serão observadas as circunstâncias previstas no §1º do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, conforme condições estabelecidas nos artigos 160 a 163 do Decreto Municipal nº 20.154/2023.

16.24. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o adjudicatário ou contratado infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante, sem afastamento da possibilidade de aplicação da pena de multa cumulativamente à sanção mais grave.

16.25. A aplicação das sanções administrativas previstas em Lei não exclui, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.26. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ou outros que vierem a substituí-los, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, na forma do art. 178 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)



16.27. As demais regras de sanção estão detalhadas nos artigos 129 a 177 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023 e demais legislações aplicáveis.

## **17. Casos Omissos**

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, no Decreto Municipal nº 20.154, de 2023 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **18. Foro**

18.1. Fica eleito o Foro deste Município de Uberlândia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

## **XI. APÊNDICE II – TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Por meio deste instrumento, XXXXXX [identificar o Contratado] declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no [Edital] OU [Aviso de Contratação Direta], no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica nº XXXX/20XX, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, XX de XXXXXX de 20XX .

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)

ECZ/jps

Rua José Roberto Migliorini, 850 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia /MG – CEP: 38.408-251  
Fone (34) 3235-6289 / 3222-4055 [futel@uberlandia.mg.gov.br](mailto:futel@uberlandia.mg.gov.br)

**JUSTIFICATIVA TÉCNICA - LIMITAÇÃO GEOGRÁFICA**

A presente contratação tem por objeto a aquisição de grama natural dos tipos esmeralda, batatais e São Carlos, materiais classificados como **bens perecíveis**, cuja integridade e qualidade estão diretamente condicionadas ao tempo e às condições de transporte após sua extração.

A grama natural, ao ser removida do solo em formato de placas/tapetes, inicia processo contínuo de degradação fisiológica, caracterizado por perda de umidade, elevação de temperatura, fermentação e deterioração do sistema radicular. Tais efeitos são intensificados em deslocamentos prolongados, especialmente quando não há controle rigoroso de acondicionamento, ventilação e tempo de trânsito, comprometendo significativamente a **taxa de pegamento, vigor e durabilidade do material após o plantio**.

No âmbito desta Administração, registra-se histórico de contratações anteriores em que empresas sediadas em localidades distantes da cidade de Uberlândia apresentaram dificuldades operacionais, resultando em:

- atrasos recorrentes na entrega;
- fornecimento de grama com sinais de ressecamento e perda de qualidade;
- necessidade de substituição de materiais;
- retrabalho nas atividades de plantio e manutenção;
- prejuízos à economicidade e à eficiência da contratação.

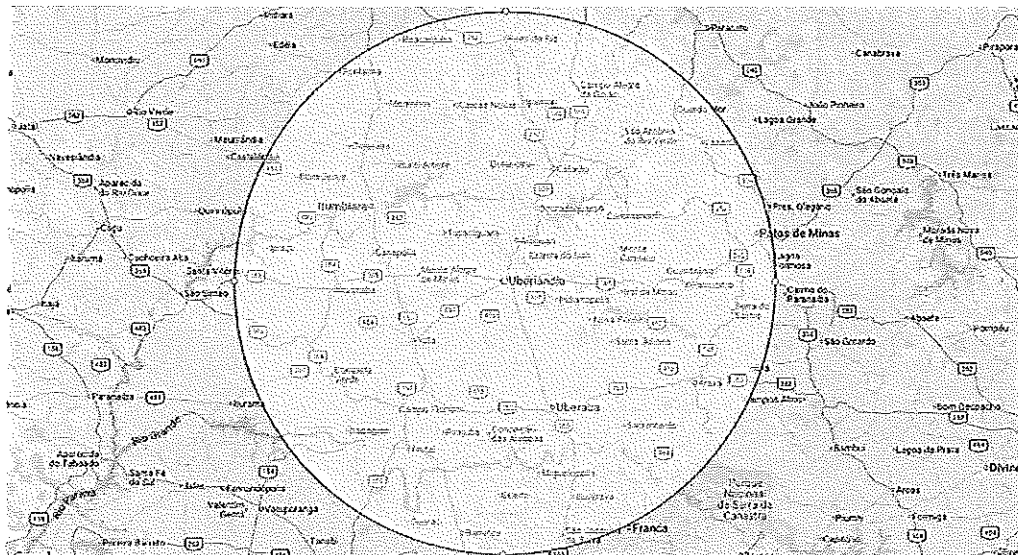
Diante disso, com fundamento no princípio da eficiência, da vantajosidade e do interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021, justifica-se a **limitação da participação a fornecedores localizados em um raio máximo de até 200 km da sede do Município de Uberlândia/MG**, medida tecnicamente adequada e proporcional para assegurar:

- a **redução do tempo entre a extração e a entrega**, preservando as características fisiológicas da grama;
- a **manutenção da qualidade do material**, evitando perdas por deterioração;
- a **maior previsibilidade logística**, com cumprimento efetivo dos prazos contratuais;
- a **diminuição de riscos contratuais**, retrabalhos e desperdícios;
- a **obtenção de resultado final mais vantajoso para a Administração**.

A delimitação do raio de 200 km foi definida com base em critérios técnicos e operacionais, considerando:

- o tempo médio de transporte terrestre compatível com a manutenção da qualidade do insumo;
- a viabilidade de entrega e plantio no mesmo dia da extração;
- as condições regionais de fornecimento e logística;
- a existência de fornecedores aptos dentro do referido perímetro.

Diante do exposto, como medida complementar e operacionalização da justificativa técnica apresentada, a empresa contratada deverá observar limitação geográfica definida em um raio de até 200 km, para isso segue a seguir a apresentação da delimitação em figura, juntamente com as cidades abrangidas por esse perímetro, sendo a medição realizada a partir da região central do Município de Uberlândia no Google Maps a partir da ferramenta Map Developers acessada a partir de <https://www.mapdevelopers.com/draw-circle-tool.php>.



Importante ressaltar que a presente restrição **não configura afronta ao caráter competitivo do certame**, uma vez que:

- está devidamente motivada por razões técnicas;
- mostra-se **necessária, adequada e proporcional** ao objeto contratado;
- não implica direcionamento, mas sim **condição operacional vinculada à qualidade da execução contratual**;
- há pluralidade de fornecedores no raio estabelecido, preservando a ampla concorrência.

Ademais, o entendimento consolidado dos órgãos de controle, a exemplo do Tribunal de Contas da União, admite a previsão de restrições de caráter técnico e logístico, desde que devidamente justificadas e indispensáveis à garantia da adequada execução do objeto, como no presente caso.

Por fim, destaca-se que a medida visa **resguardar o interesse público**, assegurando que o material fornecido atenda aos padrões de qualidade necessários, evitando prejuízos ao erário e garantindo maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Uberlândia, 06 de Abril de 2026.



**FLAVIO RENATO FERNANDES COIMBRA**

Matrícula 1129-0

Jardineiro - Diretoria de Infraestrutura  
FUTEL